

A NOVA TERRITORIALIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: DO AJUSTE NEOLIBERAL À CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS

Emílio Rafael Poletto

“A geografia histórica do capitalismo é um processo social que se baseia na evolução das forças produtivas e nas relações sociais que existem como configurações espaciais particulares. Há forças de contrapeso em ação que põe a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho dentro de uma geografia cheia de tensão e propensa às contradições. As alianças territoriais e os conflitos interterritoriais devem ser interpretados como momentos ativos dentro da história geral das lutas de classe e não como aberrações.”

“Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista”, David Harvey

Introdução

O cenário mundial emergente nos dias atuais é o da globalização do capitalismo, com a internacionalização da mais-valia produtiva através das empresas transnacionais e da ampliação das diferenças socioeconômicas entre os países centrais e os países periféricos. Neste panorama, marcado por profundas mudanças técnicas e organizacionais, o espaço geográfico fragmenta-se em territórios produtivos, comandados por atores hegemônicos da economia global e reorganizados através de políticas neoliberais.

Assim, para a geografia, mais do que o território, interessa o estudo dos usos que a sociedade faz dele. O território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades. A proximidade social é fenômeno intrínseco a qualquer território e que permite a montagem de redes de cooperação, capazes de enriquecer o tecido social de certa localidade. Nesses termos, o território usado deve ser compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local.

Os movimentos sociais latino-americanos vêm ocupando o cenário político e social na última década, a partir de suas ativas resistências às privatizações, aos programas de ajuste estrutural e de desmonte dos Estados nacionais. O êxito destas resistências, canalizadas através de amplas mobilizações, originou, em certos países, manifestações populares ou processos eleitorais que desbancaram do poder as tradicionais elites, modificando o cenário político recente. A ascensão de governos de cunho progressista e de esquerda foi a forma mais visível que assumiram as mudanças causadas por estes movimentos, que vinham se formando na base das sociedades desde o começo dos anos 1990.

A reflexão teórica sobre o conflito e os movimentos sociais encontra seu estímulo nas experiências e problemáticas que os próprios movimentos trouxeram à cena pública. As lutas recentes na América Latina deixaram evidente que a ordem capitalista neoliberal é a negação de um mundo incluyente e justo. Em maior ou menor grau, estes movimentos criaram um ambiente de atualização da questão de classe e da luta de classes.

Neste contexto, os objetivos do presente trabalho são: mostrar como os movimentos sociais na América Latina cresceram desde 1990 e as mudanças pelas quais eles vêm passando neste período. Pretendemos contribuir para o entendimento de como o território (e suas características específicas, como a identidade e a história locais) tornou-se a base do conflito entre os movimentos sociais e os processos hegemônicos das políticas neoliberais em expansão na América Latina.

Para chegar aos resultados apresentados, utilizamos ampla bibliografia nacional e estrangeira para o exame dos movimentos sociais. Através da análise dos diferentes autores, buscamos traçar o perfil dos atuais movimentos sociais na América Latina e como estes se diversificaram com o aumento das políticas neoliberais na região.

Na próxima seção, vamos analisar os processos causados pelas políticas neoliberais na América Latina nas últimas duas décadas, evidenciando o aumento da pobreza e a fragmentação territorial. Em seguida, discutiremos de que forma o território pode ser entendido como um campo de resistências aos processos hegemônicos de globalização da economia capitalista. Na seção seguinte, apresentaremos as mudanças que os movimentos sociais latino-americanos vêm enfrentando desde os anos 1990, considerando os novos desafios de interpretação que surgem e quais as possibilidades de emancipação para estes movimentos. Por fim, concluiremos com a apresentação dos principais pontos discutidos e a indicação de caminhos para pesquisas futuras.

Os ajustes espaciais da expansão neoliberal na América Latina

É difícil datar uma transformação tão complexa como o aparecimento do neoliberalismo, mas pode-se dizer que ele nasce após a Segunda Guerra Mundial, na Europa Central e nos Estados Unidos, e deve ser considerado como um fenômeno distinto do mero liberalismo clássico, dos séculos XIX e XX. Foi uma reação teórica, política e ideológica contra o Estado intervencionista e do Bem-Estar. Desde 1973, quando ocorre uma séria recessão econômica mundial (a mais grave desde o colapso de 1929), as bases para muitas das transformações que mais tardem caracterizariam o neoliberalismo já estavam sendo criadas (ANDERSON, 2003, p. 17).

Com a chegada da crise do modelo econômico do pós-guerra, na década de 1970, as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno, difundidas pelos países capitalistas centrais. A partir de então, assumiu-se que as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, que estariam travancando a economia com suas pressões reivindicatórias sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Esses dois processos, segundo os teóricos neoliberais da época, estavam destruindo os níveis necessários de lucro das empresas e desencadeando processos inflacionários que geraram uma crise generalizada das economias de mercado. A solução, então, era clara: manter um Estado forte na sua capacidade de quebrar o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas limitado nos gastos sociais e nas intervenções econômicas (SADER, 2006, p. 58). A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso, seria necessária uma disciplina fiscal com os gastos sociais e a restauração de uma taxa “natural de desemprego”. Dessa forma, uma nova desigualdade voltou a dinamizar as economias avançadas, então afetadas pela estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e Beveridge (BAER, 2002, p. 310), ou seja, a intervenção estatal e a redistribuição de renda, as quais haviam deformado o curso normal da acumulação e do livre-comércio.

Assim, segundo Harvey (2006, p. 145), podemos entender o neoliberalismo como:

(...) uma prática das teorias econômicas políticas, a qual propõe que o bem-estar humano pode ser alavancado pela maximização das liberdades empresariais, juntamente com a institucionalização de um panorama caracterizado pelos direitos da propriedade privada, das liberdades individuais, do livre mercado e do livre comércio. O papel do estado é o de criar e institucionalizar uma conjuntura institucional apropriada para tais práticas. O estado deve estar de acordo, por exemplo, com a qualidade e a integridade do dinheiro. Ele também deve cumprir suas funções militar, de defesa, política e jurídica necessárias para assegurar os direitos da propriedade privada e sustentar o livre funcionamento do mercado.

O projeto neoliberal que se consolidou no começo dos anos 1980 pretendia, desse modo, restabelecer o poder das classes dominantes. Entre outras coisas, este modelo aprofundou a pressão competitiva e voltou-se para a utilização do capital financeiro como

meio para assegurar a obtenção das taxas de lucro mais elevadas possíveis, sem pensar na procedência desses lucros (HARVEY, 2006, p. 146). Todas estas transformações causaram o abandono do aparato do estado social-democrata, que supostamente estava interessado no bem-estar de todos os seus cidadãos – sempre que, obviamente, não atrapalhasse o bom andamento da acumulação capitalista – e sua substituição por um aparato estatal neoliberal, interessado em criar um bom clima para os negócios. Desse modo:

Os Estados do mundo inteiro sofreram uma forte pressão para que adotassem políticas neoliberais e, com isso, as esferas locais de poder passaram a deter maior poder de articular políticas. Isto fez com que ocorressem grandes e severos ajustes espaciais nas normas institucionais, na criação de políticas, na divisão do trabalho, na criação e difusão de tecnologias, no modo de vida e consumo da população, entre outras mudanças (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 353)

Naturalmente, este é um processo que não tem acontecido de maneira uniforme e tão pouco se pode dizer que tenha tido um êxito total. Contudo, é certo que se converteu numa espécie de norma universal a que todos os estados são obrigados enfrentar (HARVEY, 2006, p. 149).

O impacto do neoliberalismo nos países centrais não tardou a fazer-se sentir em outras partes do globo, particularmente na América Latina. Este continente foi testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo, iniciando-se através do governo ditatorial de Augusto Pinochet, no Chile. A virada continental em direção ao neoliberalismo foi sendo construída com o governo de Salinas, no México, em 1988, seguido da chegada ao poder de Menem, na Argentina, e de Pérez, na Venezuela, no ano de 1989, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 1990.

Os ajustes espaciais impostos pelo neoliberalismo são facilmente encontrados no novo ordenamento territorial que a maioria dos Estados latino-americanos vem sofrendo desde o começo da década de 1990. No Brasil, o processo de reestruturação produtiva iniciou-se timidamente já na segunda metade da década de 1980, acelerando-se rapidamente a partir dos anos 1990, quando da abertura econômica implementada pelo Governo Collor. Atualmente, podemos citar, entre outras medidas, as privatizações das empresas estatais, os incentivos aos agronegócios (principalmente a soja) em detrimento da agricultura familiar, os incentivos às exportações, o enfraquecimento dos sindicatos e da classe trabalhadora, a diminuição de investimentos em infra-estrutura e em serviços básicos (BORON, 2006, p. 155).

Contudo, ao contrário dessas interpretações e posições, o que temos visto na América Latina nas últimas duas décadas é o aumento da pobreza e a fragmentação social. Há divergências metodológicas significativas sobre como medir a pobreza. Entretanto, a maior parte das fontes internacionais concorda a respeito de uma constatação básica sobre a região: a pobreza cresceu consideravelmente nas duas últimas décadas na América Latina.

Segundo o documento da CEPAL “*Social Panorama of Latin America – 2007*”, as últimas estimativas da pobreza nos países da América Latina indicavam que, em 2006, 36,5% da população total da região (que é de 532 milhões de pessoas) eram pobres e 13,4% eram extremamente pobres. Isso significa um crescimento de 3,3% de pessoas pobres na região e 2,0% de pessoas extremamente pobres, em comparação com os números de 2005.

Os números sobre crescimento da pobreza brevemente assinalados transformam-se em necessidades e miséria angustiantes na vida diária. Mais de 10 milhões de latino-americanos não têm acesso aos serviços de saúde, e dois de cada cinco não têm água potável e saneamento básico. Um terço da população da América Central é analfabeta. Um terço das crianças menores de cinco anos apresenta tamanho inferior ao normal devido a processos de insuficiências nutricionais na mãe e na criança.

A pobreza está fortemente ligada aos difíceis problemas que se apresentam no momento à população que busca um trabalho estável. A região tem, antes de tudo, uma taxa

de desemprego muito alta que vem crescendo. De acordo com Kliksberg (2002, p. 18), a taxa de desemprego médio subiu de 7,2% em 1997, para 8,4% em 2000. Quando se separa por idade, o problema é ainda mais grave para os jovens. Segundo os cálculos do referido autor, em 1980, trabalhavam na economia informal 40,6% da mão-de-obra não agrícola ocupada e em 2001 a cifra subiu para 59% (KLIKSBERG, 2002, p. 18).

Convém não repetir aqui o que pode ser encontrar expresso nos documentos da CEPAL: as últimas duas décadas foram, para os países da América Latina, de estagnação, retrocesso e, no máximo, em alguns casos, de crescimento medíocre.

A América Latina foi avassalada pelo neoliberalismo e continua sobre seu domínio. Somos a região com a maior desigualdade do mundo, incluindo a África. Internamente, a desigualdade aumentou em nossas sociedades entre o início dos anos 1990 e o começo de 2000. México e Brasil quase não mudaram neste período, mas sociedades mais igualitárias como Argentina e Uruguai se destacaram por um processo de polarização social radical.

Sob o diagnóstico geral, escondem-se especificidades que vão desde a transformação do México no maior exportador individual para os Estados Unidos, no âmbito do NAFTA (que, contudo, não impediu a quebra da dívida externa no começo dos anos 1990, nem permitiu resolver a questão da desigualdade mexicana), até o fracasso e retrocesso da Argentina (outrora uma das cinco economias mais importantes do mundo no começo do século XX).

O Chile conheceu o desenvolvimento menos errático desde a ditadura de Augusto Pinochet, mas seus trabalhadores já experimentam os malefícios da seguridade social privatizada, agora que chegou a hora de pagar a conta. De qualquer forma, o isolacionismo chileno com relação à América Latina o coloca na dependência quase exclusiva do mercado norte-americano. Além disso, o Chile retrocedeu em termos de divisão internacional do trabalho, voltando à sua condição de economia exportadora de bens primários (baseada no bom e velho cobre estatal). As economias uruguaia e paraguaia sofrem os efeitos do retrocesso argentino e do neoliberalismo brasileiro e o Mercosul não tem sido suficiente, no estado em que se encontra, para desenvolver seu dinamismo. A Colômbia transformou-se numa tragédia social, com o país dividido pelas guerrilhas e pelos narcotraficantes. Equador, Peru e Bolívia experimentaram espasmos tão violentos, que é difícil fazer uma análise dos fatos: passou-se do Sendero Luminoso a Alberto Fujimori e deste para Alejandro Toledo, das políticas neoliberais à eleição de Evo Morales, e da dolarização da economia ao movimento indígena anti-capitalista, quase sem mediações. A Venezuela sofre a mais desenfreada corrupção sob o partido mais social-democrata que o continente conheceu, e vem experimentando diariamente tentativas de desestabilização de sua revolução.

Não pretendendo criar uma lista de nossos problemas, o que esta breve enumeração descreve é a erosão das instituições democráticas e republicanas por parte do neoliberalismo. Uma declaração de guerra aberta do capital contra as possibilidades de ação política. Dessa forma: “o capitalismo na periferia está revelando-se como totalmente incompatível com a democracia” (BORON, 2003, p. 215). A natureza dessas contradições é fundamental para explicar a emergência dos movimentos sociais urbanos nos países em desenvolvimento:

Desse modo, nas últimas duas décadas, diversificaram-se e multiplicaram-se os movimentos sociais pela América Latina. Antigos movimentos sociais desapareceram, outros se reestruturaram e muitos surgiram. As causas defendidas e os problemas nacionais (políticos e econômicos) denunciados pelos novos movimentos sociais são agora os mais distintos.

A novidade envolvendo estes novos movimentos sociais reside no fato de que constituem tanto uma crítica da regulação social capitalista (como eram antes), como uma crítica da emancipação social socialista, tal como foi definida pelo marxismo (BORON, 2006). Ao identificar novas formas de opressão que sobressaem nas relações de produção, mas não são específicas destas, como a guerra, a poluição, o racismo, e ao lutar por um novo

paradigma social, menos baseado na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida, os movimentos sociais denunciam os excessos de regulação da modernidade (SEOANE, et al., 2006).

Assim, os movimentos sociais são identificados pela base territorial que os cria e na qual vivem. O território tornou-se a arena de conflito entre as ações hegemônicas do capital financeiro neoliberal e os movimentos de oposição a estes processos exteriores.

Território da racionalidade e território das lutas: identidades locais contra os processos hegemônicos

É inegável que os movimentos sociais assumam um aspecto espacial, de caráter territorial, sob o capitalismo. Com frequência, se dá muita importância aos fenômenos desse tipo, dizendo que são produtos de sentimentos humanos muito arraigados – lealdades ao lugar, à “terra”, à comunidade e à nação, que geram orgulhos cívicos, regionalismos, nacionalismos, etc. – ou que são produtos de antipatias igualmente arraigadas entre grupos humanos, baseadas nas diferenças entre raça, idioma, religião, nacionalidade, etc. Contudo, as análises anteriores nos permitem explicar a regionalização da luta de classes e de facções independentemente destes sentimentos. Não pretendemos dizer com isto que os sentimentos humanos não tenham nada haver com o conflito inter-regional, ou que não podem surgir conflitos de forma autônoma sobre estas bases. O que queremos afirmar é que existe uma base material, dentro do processo de circulação do próprio capital, para as manifestações inter-regionais da luta de classes.

O território pode ser entendido como um produto social que está em permanente mutação, configurando um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que se faz dentro de um padrão de dependência histórica, no qual o espaço construído atua como agente na reconfiguração do novo espaço (HAESBAERT, 2005). A velocidade dessas transformações diferencia-se ao longo da história, em função do próprio estágio de desenvolvimento econômico e social e, conseqüentemente, dos padrões produtivos, dos meios de transporte e comunicações. Nos dias de hoje, o território obedece às relações de poder estabelecidas pela organização social, política, cultural e econômica do neoliberalismo e da globalização.

De fato, o processo de racionalização do território, neste começo do século XXI, coloca-se acima da economia, da cultura e da política. A bibliografia especializada vem apontando para o fato de que o território, em certos lugares, acaba por tornar-se mais racional, mais produtivo, o que torna viável diferentes participações no processo de globalização (SANTOS, SILVEIRA, 2001; POLLICE, 2005). O território passa a ser visto como um campo de forças, um lugar que exercita a dialética entre a escala local e a escala global, entre o estado, o mercado e a sociedade. Portanto, o território, nos dias atuais, passa a ser:

(...) o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local, que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos (SANTOS, 1999, p. 19).

Dessa forma, as particularidades de um determinado território não desaparecem com a globalização, mas são, em determinados casos, reforçadas. De fato, o movimento de homogeneização que é imposto atualmente a várias instâncias da vida, faz emergir diversas respostas locais (e regionais) a este processo maior, num movimento dialético de reação às ordens exógenas ao território.

O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza). Assim, o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de identidade territorial, e

uma dimensão mais objetiva, que se pode designar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica (SANTOS, 1997; HAESBAERT, 2007; HAESBAERT, LIMONAD, 2007).

A identidade, no pensamento moderno, diz respeito ao agrupamento daquilo que é igual, daquilo que é reconhecido como sendo comum na multiplicidade em meio à mudança (e a correlata separação destes frente a seus diferentes) (ARAÚJO, 2007, p. 19). A identidade é sempre uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de identificação e distinção de um indivíduo ou um grupo. Está atrelada ao processo de territorialização (HAESBAERT, 2007), pois na construção do território também vai se construindo a identidade territorial. Contudo, não devemos pensar a identidade como algo material ou uma “coisa em si”, mas sempre como uma relação, uma “posição de sujeito”, construída de forma relacional e contrastiva, visto que os processos de identificação e, conseqüentemente, as identidades são sempre construídas na e pela diferença (CRUZ, 2007, p. 98).

Trata-se, então, de pensar sobre uma nova ordem mundial que relaciona o global e o local. A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema, característica essencial do período técnico-científico-informacional, produtor de *verticalidades*. Já a ordem local diz respeito a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e, como território, regidos pela interação, pela contigüidade, ou seja, pelas *horizontalidades* (SANTOS, 1997). Nesta concepção, o território se constitui:

“(…) a partir dos seus usos, do seu movimento conjunto e o de suas partes, reconhecendo tanto suas particularidades como suas complementaridades. Trata-se da divisão territorial do trabalho e da vida social que permite pensar o território como ator, isto é, o território no seu papel ativo”. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 11).

Tais práticas espaciais têm causado uma fragmentação territorial, sobretudo nas sociedades dos países periféricos, ocasionando instabilidades políticas e sociais.

Como nos coloca Ribeiro (2005, p. 265):

As condições gerais da produção capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro, exigem a mais brutal *alienação do território*. Numa de suas faces, o mapa do mundo tem sido reconstruído, com apoio em novos pontos de observação da Terra, como um único território aberto à ação hegemônica, sem fronteiras e sem barreiras. Trata-se de um extraordinário alargamento do tabuleiro da política, simultâneo à ampliação da arena da produção.

O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto aqui como sendo *o espaço do acontecer solidário* (SANTOS, 1997). Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico.

Portanto, não se trata de referir-se a um “lugar” definido *a priori* sobre critérios predeterminados, mas de territórios socialmente construídos pelos atores locais. Os territórios locais guardam essa coerência com os compromissos sociais estáveis, e se organizam segundo um conjunto de regras e de identidades que são parcialmente elaboradas neste nível. Dessa forma, vimos, desde 1990, o crescimento e a conseqüente transformação dos movimentos sociais latino-americanos, criando novos desafios para a interpretação e para a criação de uma agenda de emancipação destes movimentos.

Os novos movimentos sociais na América Latina: desafios de interpretação e possibilidades de emancipação

Um dos fatos mais destacados do novo cenário, a partir de uma análise centrada nos movimentos sociais latino-americanos, é a dificuldade de encontrar eixos temáticos capazes de englobar um amplo conjunto de lutas locais e regionais, como sucedeu na década de 1990, com as resistências às privatizações e às oposições a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Os principais fatos sociais dos últimos anos nos mostram uma fragmentação temática que incluem um amplo leque, que vai desde as resistências aos tratados de livre comércio, até as lutas democráticas contra as formas “arcaicas” e autoritárias de dominação.

Em paralelo, despontam as resistências às novas arestas que assume o processo de acumulação de capital no continente, impulsionado por governos autodenominados progressistas. Estes conflitos constituem uma boa mostra das dificuldades que encontram diversas organizações, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, e, sobretudo, as mais novas, como a Assembléia Ambientalista de Gualeguaychú, na Argentina (ZIBECHI, 2006, p. 223).

Assim, os movimentos sociais atuais (sejam urbanos ou rurais) apresentam características diversas, sendo impossível uma definição geral. Imersas neste cenário, aparecem mobilizações de apoio aos governos de esquerda – como as protagonizadas na Bolívia – cada vez que estes são desafiados pelas elites conservadoras que resistem ao corte de seus privilégios (SEOANE, et al., 2006, p. 240). Mas, por outro lado, os mesmos movimentos pressionam no sentido inverso para acelerar o cumprimento de demandas postergadas.

O que ocorre no interior da América Latina atualmente é de importância vital para determinar de que forma podemos articular as lutas de classe ao novo imperialismo que ocorre na região.

Existe, assim, uma acumulação opositora ao aprofundamento das políticas neoliberais. Mas, as novas formas da luta de classe que começam a surgir são de natureza muito distinta das clássicas lutas proletárias da reprodução expandida (as quais também continuam existindo em surdina) sobre as quais descansava teoricamente o futuro do socialismo. (HARVEY, 2006, p. 155).

A partir das mudanças registradas, os movimentos sociais não poderão continuar operando como fazem até agora, mais particularmente no conjunto de países onde a presença de governos de esquerda e progressistas lhes impõe afinar táticas e discutir estratégias para enfrentar situações inéditas. Os desafios que supõem estas mudanças vêm sendo debatidos há algum tempo e não são apenas de caráter político, mas também teóricos e conceituais, já que as formas anteriores de compreender a realidade estão se mostrando incapazes de dar conta das novas situações (SANTOS, 2001).

O primeiro destes desafios, que incluem todos os movimentos nos países com governos de caráter popular, refere-se às relações que manterão com governos surgidos nos próprios movimentos ou de conjunturas criadas por eles, como é o caso de países como Brasil, Argentina, Bolívia e Uruguai. Os novos cenários deverão ser compreendidos como o resultado de uma construção em que participarão tanto os movimentos, através de suas resistências e mobilizações, como as forças políticas que atualmente integram os governos. Essa atuação “dupla” não significa colocar as responsabilidades que lhes cabem aos governantes progressistas nos caminhos do neoliberalismo e subordinação ao capital financeiro e transnacional que os caracterizam. Entretanto, parece necessário fugir das simplificações, já que muitos dirigentes e movimentos têm sido rotulados como “cooptados” e “comprados”, e seu apoio aos governos desse tipo deve-se a sólidas e profundas convicções e na dificuldade de romper com o modelo vigente (DÁVALOS, 2006, p. 313).

Contudo, não devemos duvidar que tanto o império quanto as elites locais têm poder suficiente para bloquear os avanços e desgastar os governos que se distanciam de

Washington. Em geral, os movimentos oscilam entre o apoio crítico e a crítica sem apoio aos seus governos. Mas amplos setores de nossa sociedade parecem estar compreendendo que o melhor caminho possível consiste na continuidade dos governos progressistas, os quais devem ser pressionados para que não se limitem a administrar a situação herdada. O MST inscreve-se nessa tendência, assim como a maior parte dos movimentos bolivianos, equatorianos e uruguaios (SEOANE et al. 2006, p. 231).

Os planos estatais para enfrentar a pobreza são um segundo e crucial desafio para os movimentos sociais. Estes planos, em particular o “Bolsa Família”, no Brasil, contêm vários problemas. Entre outros, não representam uma ampliação de direitos, mas uma expansão das políticas focalizadas e compensatórias desenhadas pelos organismos financeiros internacionais. Por outro lado, os planos sociais apontam para os mesmos setores que tem mobilizado os movimentos na última década. Aliviam a pobreza, mas não modificam a distribuição de renda nem evitam a crescente concentração de renda. Ao afetar a capacidade de organização dos movimentos mais ativos, convertem-se em um fator que dificulta seu crescimento. A difusão de uma cultura clientelista, tendo como base as relações verticais entre a população pobre atomizada e o Estado, é um dos fatores que pode erodir a autonomia dos movimentos.

Um terceiro desafio refere-se ao processo que está se desenvolvendo na periferia das grandes cidades, onde se joga uma tripla partida entre o Estado, os movimentos sociais e o crime organizado. É cada vez mais evidente que as periferias das grandes cidades dos países periféricos tornaram-se o “novo cenário geopolítico decisivo”, porque ali os pobres se vêm organizados à margem e contra o Estado (BARRIOS, 200, p. 39). Em muitas cidades significativas – como o Rio de Janeiro, onde atuam as facções de traficantes e milícias paralelas – os movimentos estão longe de se converter em alternativas de organização e de vida para milhões de pessoas.

Por último, os movimentos têm o desafio de expandir aquelas iniciativas de autogestão de produção e reprodução da vida cotidiana, que vem sendo construídas ao longo das últimas décadas e muitos chamam de economia solidária. Estamos nos referindo às múltiplas experiências de micro-poder, como: hortas comunitárias, cooperativas de trabalho, espaços de formação e educação com cursos profissionalizantes, clínicas de saúde mantidas pelos movimentos, entre outros exemplos.

Estas experiências podem trazer resultados significativos de aumento de renda para alguns grupos, mas ficam dependentes de determinados grupos políticos e das mudanças de poder. São experiências que jamais alcançarão resultados consideráveis na emancipação dos movimentos sociais se continuarem sendo realizadas da forma como acontecem atualmente.

É importante unificar os vetores emergentes das lutas de classe, pois é neles que podemos distinguir as linhas gerais de uma outra forma de globalização, não imperialista, totalmente distinta da atual, centrada nos objetivos humanitários e de bem-estar social. Uma globalização que procure saídas criativas ao processo de desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, ao invés de simplesmente glorificar o poder do dinheiro, as ações técnicas e a incessante acumulação de capital, por qualquer meio, sobre o vasto cenário da economia global, que resulta sempre na concentração de riquezas em espaços reduzidos. A América Latina encontra-se num momento histórico cheio de volatilidades e incertezas, mas também se encontra num momento cheio de potencial revolucionário.

Considerações finais

Estes processos nos conduzem a determinar o marco de ação dos movimentos sociais, suas possibilidades históricas e as oportunidades que aparecem com a presença de agendas novas. Com efeito, na emergência dos movimentos sociais, algumas das certezas políticas que

estavam relativamente claras na luta dos movimentos revolucionários, e também da classe operária, como a noção de poder para a mudança revolucionária do sistema, ou a noção de partido como organização especializada e feita para a revolução e para capturar o poder, transformaram-se radicalmente. Os movimentos sociais que surgem não reclamam o poder nem tão pouco estão sob as regras de partidos centralizados, hierárquicos e “profissionais”. Pelo contrário, situam-se à margem do poder e muitas vezes estão fora dos marcos do que a esquerda tradicionalmente denomina de poder.

Num certo sentido, consolida-se uma visão do poder que entra em oposição com as concepções dominantes do mesmo. Existem novas visões sobre o poder e a participação popular, novas formas de protestos de organização, novas plataformas de ação e convergência que recordam as tradicionais, em certos aspectos, mas que as inovam e as recriam. Aparecem, de fato, novas concepções que recuperam um discurso que sempre foi patrimônio do discurso neoliberal, como é o caso da democracia, e o põe na perspectiva dos movimentos sociais: democracia de gênero, democracia plurinacional, democracia ecológica, democracia econômica.

Os movimentos indígenas, os movimentos de mulheres, os movimentos antiglobalização, os movimentos dos homossexuais, os movimentos ecologistas, os movimentos camponeses, os movimentos dos sem teto nas grandes cidades, dos sem trabalho, etc., todos reivindicam uma agenda que enriquece a possibilidade de reconstruir os horizontes emancipatórios e as práticas políticas de resistência. Contudo, ao mesmo tempo, se mostram incapazes de gerar um projeto político de convergência de todas as forças em função de um programa unitário, e uma ação política em função da conquista do poder, porque todos eles discordam sobre a noção de poder. Ao ter uma visão descentralizada do poder, uma visão mais ampla da organização, um discurso mais aberto e uma militância diversificada e dispersa, os movimentos sociais enfrentam a questão de mudar o sistema sem haver criado um sistema alternativo e com uma visão de poder também alternativa.

Dessa forma, enquanto para a classe operária estava claro que aquilo que viria depois do capitalismo era o socialismo, para os movimentos sociais latino-americanos da atualidade as respostas não estão claras. Aderem a uma idéia de socialismo mais como um *ethos* histórico do que como uma resposta concreta às suas agendas.

Tão pouco se assemelham a partidos políticos centralizados – e muito menos profissionais. Sua matriz é, nesse sentido, mais horizontal e mais heterogênea e em termos de poder, mais débil. Não podemos negar que eles conseguiram realizar importantes mobilizações que, de uma maneira ou de outra, conseguiram deter o avanço do projeto neoliberal. Contudo, não conseguem reverter o processo de reforma institucional neoliberal do Estado, que se aplicou por toda a América Latina.

O limite que impede a convergência do horizonte emancipatório criado pela classe operária, ou seja, a liberação do trabalho, com os horizontes emancipatórios dos movimentos sociais é, justamente, a armadilha do neoliberalismo. Os movimentos sociais – tanto suas práticas políticas quanto os conteúdos fundamentais de sua agenda – estão inscritos dentro da matriz do neoliberalismo.

O problema é que o neoliberalismo esgota as possibilidades emancipatórias da humanidade dentro de seus próprios conteúdos epistemológicos e políticos. O neoliberalismo não pode reconhecer a diferença, seja a diferença das mulheres, dos indígenas, dos camponeses, dos jovens ou dos ecologistas. Pelo contrário, ele reduz as diferenças à homogeneização do pensamento único e dos lugares, na figura do cidadão que elege os seus representantes num mercado eleitoral e na figura do *homo economicus*, o consumidor que elege aqueles bens e serviços que maximizam sua função de utilidade.

É necessário compreender os aportes que estão influenciando os movimentos sociais da América Latina – particularmente como um aporte que vá mais além da retórica de

oposição ao neoliberalismo – e visualizá-los como a única opção para recompor o horizonte de emancipação, e, portanto, as possibilidades do discurso antiglobalização e da utopia libertária.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: un balance provisório. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **La trama del neoliberalismo: mercado, crisis y exclusión social**. 2 ed. Buenos Aires: Edições CLACSO, 2003. P. 17-29.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. “Território” enquanto simulacros discursivos. In: _____.; HAESBAERT, Rogério. (Org.) **Identities e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acces, 2007. P. 13-32.

BARRIOS, Sonia. Las metrópolis al principio del nuevo milenio: una agenda para el debate. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). **Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores**. Buenos Aires: Edições CLACSO, 2000. P. 35-58.

BORON, Atilio A. **Estado, capitalismo y democracia em America Latina**. Buenos Aires: Edições CLACSO, 2003. 320 p.

_____. Después del saqueo: el capitalismo latinoamericano a comienzos del nuevo siglo. In: _____.; LECHINI, Gladys (Org.). **Política y movimientos sociales en un mundo hegemônico: lecciones desde África, Asia y América Latina**. Buenos Aires: Edições CLACSO, 2006. P. 147-178.

BRENNER, Neil.; THEODORE, Nik. From the “New Localism” to the spaces of neoliberalism. **Antipode**, Oxford, v. 34, n. 3, p. 341-347, jun./ago. 2002

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Social Panorama of Latin America 2007**. Santiago: CEPAL/ECLAC, 2008.

CRUZ, Valter do Carmo. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org.) **Identities e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acces, 2007. P. 93-122.

GILBERT, Alan. Poverty and social policy in Latin América. **Social Policy and Administration**, Oxford, v. 31, n. 4, p. 320-335, out./dez. 1997.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. P. 367-415.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; _____. (Org.) **Identities e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acces, 2007. P. 33-56.

_____.; LIMONAD, Esther. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 39-52, abr./jun. 2007.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. 382 p.

_____. Neo-liberalism as creative destruction. **Geografiska Annaler**, Estocolmo, v. 88 B, n. 2, p. 145–158, jun./ago. 2006.

KLIKSBERG, Bernardo. **América Latina**: uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social. Brasília: Edições UNESCO, 2002.

POLLICE, Federico. Il ruolo della'identità territoriale nei processi di sviluppo locale. **Bollettino della Società Geografica italiana**. Roma, v. 10, n. 1, p. 75-92, jan./mar. 2005.

_____. Ação e seleção social: impulsos globais em contextos metropolitanos. In: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio A. G. (Org.) **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. P. 291-300.

_____. Outros territórios, outros mapas. **Revista OSAL**, Buenos Aires, v. 4, n. 16, p. 263-272, jan./abr. 2005.

SADER, Emir. América Latina en el siglo XXI. In: BORON, Atilio A.; LECHINI, Gladys (Org.). **Política y movimientos sociales en un mundo hegemônico**: lecciones desde África, Asia y América Latina. Buenos Aires: Edições CLACSO, 2006. P. 51-80.

SANTOS, Boaventura de Souza. Los nuevos movimientos sociales. **Revista OSAL**, Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 177-188, set./dez. 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos do IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15-26, 1999.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5ª ed. São Paulo: Record, 2001. 174 p.

_____.; SILVEIRA, Maria Laura **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina. In: BORON, Atilio A.; LECHINI, Gladys (Org.). **Política y movimientos sociales en un mundo hegemônico**: lecciones desde África, Asia y América Latina. Buenos Aires: Edições CLACSO, 2006. P. 227-250.

ZIBECHI, Raúl. Movimientos sociales: nuevos escenarios y desafíos inéditos. **Revista OSAL**, Buenos Aires, v. 7, n. 21, p. 221-230, set./dez. 2006.